



## CONJUNTURA

### A Crise dos Sete Anos

Como nos casamentos, a relação da sociedade brasileira com o real apresenta altos e baixos. O real tem sido um bom provedor de estabilidade, turbinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas boa parte das carências básicas da sociedade permanecem insatisfeitas. A injustiça social continua como antes. A desigualdade brasileira é uma espécie de Geni, repugnada em público, embora continue a prestar competentes serviços aos abastados. Vejamos este triângulo em retrospectiva.

O período de lua de mel com a estabilidade apresentou pouca redistribuição. A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia manter o *status quo* da distribuição de renda. O real foi concebido – e bem sucedido – não combate à inflação. O grosso da redução da pobreza pós-real se deu em maio de 95, dez meses após a estabilização. Pode ter sido apenas uma longa gravidez até que os seus benefícios fossem paridos. De forma mais realista, a redução da pobreza de 10,6% então observada estaria ligada ao reajuste do salário mínimo de R\$ 70 para R\$ 100, concebido pouco antes. Não faz sentido discutir-se quem é o pai dos benefícios distributivos imediatos do real, pois eles ainda estarão por vir. O reajuste de R\$ 151 para R\$ 180 concedido ao mínimo em 2001 é mais interessante pela redistribuição implícita na concessão de reajustes superiores a quem percebe o piso dos benefícios previdenciários. Responsabilidades fiscal e social podem caminhar de mãos dadas.

Falta jogar luz sobre a carência da nossa sociedade para que a sua satisfação seja encontrada. É preciso firmar compromissos firmes com metas sociais palpáveis. A estabilidade, em si, não garante a conquista da justiça social. Da mesma forma que o casamento não garante a felicidade dos pares. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes.